



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da oposição

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) PROCURADOR(A) DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**Alessandro Molon**, brasileiro, Deputado Federal pelo PSB/RJ, Líder da Oposição na Câmara dos Deputados, domiciliado em Brasília, no gabinete 304 do Anexo IV da Câmara dos Deputados; **Arlindo Chinaglia Junior**, brasileiro, casado, Deputado Federal, Líder da Minoria no Congresso Nacional, com endereço profissional na Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Gabinete 4 - Ed. Principal; **Daniilo Jorge De Barros Cabral**, brasileiro, Deputado Federal pelo PSB/PE, Líder do Partido na Câmara dos Deputados, domiciliado em Brasília, no gabinete 423 do anexo IV da Câmara dos Deputados; **Elvino José Bohn Gass (Bohn Gass)**, brasileiro, Deputado Federal pelo PT/RS, Líder do Partido na Câmara dos Deputados, domiciliado em Brasília, no gabinete 269 do anexo III da Câmara dos Deputados; **Joenia Batista De Carvalho (Joenia Wapichana)**, brasileira, Deputada Federal pela Rede Sustentabilidade/RR, Líder do Partido na Câmara dos Deputados, domiciliada em Brasília, no gabinete no 231 do anexo IV da Câmara dos Deputados; **Marcelo Ribeiro Freixo**, brasileiro, Deputado Federal pelo PSOL/RJ, Líder da Minoria na Câmara dos Deputados, domiciliado em Brasília, no gabinete 725 do Anexo IV da Câmara dos Deputados; **Renildo Vasconcelos Calheiros**, brasileiro, Deputado Federal pelo PCdoB/PE, Líder do Partido na Câmara dos Deputados, domiciliado em Brasília, no gabinete nº 915 do znexo IV da Câmara dos Deputados; **Talíria Petrone Soares**, brasileira, Deputada Federal pelo PSOL/RJ, Líder do Partido na Câmara dos Deputados domiciliada em Brasília, no gabinete 623 do anexo IV da Câmara dos Deputados; **Wolney Queiroz Maciel**, brasileiro, Deputado Federal pelo PDT/PE, Líder do Partido na Câmara dos Deputados, domiciliado em Brasília, no gabinete 936 do anexo IV da Câmara dos Deputados; **Rosa Neide Sandes De Almeida**, brasileira, professora, portadora da cédula de identidade no 12055956 – SSP/MT e CPF no 295.863.721-20, atualmente no exercício do mandato de Deputada Federal pelo PT/MT, com endereço na Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados, gabinete 371 – anexo III, Brasília/DF; **Ivan Valente**, brasileiro, Deputado Federal e Vice-Líder do PSOL na Câmara dos Deputados,



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da oposição

portador da identidade parlamentar nº 56359 e inscrito no CPF/MF sob o nº 376.555.828-15; com endereço na Câmara dos Deputados, gabinete 716, anexo IV, CEP 70160-900 e contatável pelo e-mail [dep.ivanvalente@camara.leg.br](mailto:dep.ivanvalente@camara.leg.br); **Viviane Da Costa Reis**, brasileira, solteira, Deputada Federal e Vice-Líder do PSOL na Câmara dos Deputados, portadora do RG nº 5.128.505 SSP/PA e inscrita no CPF nº 011.418.712-62, com endereço no gabinete 471 - Anexo III - Câmara dos Deputados, Brasília – DF – CEP 70160-900, [dep.vivireis@camara.leg.br](mailto:dep.vivireis@camara.leg.br); **Fernanda Melchionna E Silva**, brasileira, Deputada Federal e Vice-Líder do PSOL na Câmara dos Deputados, portadora do RG nº 6074311736 expedido pela SSP/RS e CPF nº 002.134.610-05, com endereço profissional na Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 621, Esplanada dos Ministérios, Brasília – DF, CEP 70160-900, contatável por meio do telefone 61 32153621 e pelo e-mail [dep.fernandamelchionna@camara.leg.br](mailto:dep.fernandamelchionna@camara.leg.br); **David Michael Dos Santos Miranda**, brasileiro, Deputado Federal pelo PSOL/RJ, portador do RG nº 23.107.009-1, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 123.940.737-80, com endereço na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gabinete 267, Anexo III, endereço eletrônico [dep.davidmiranda@camara.leg.br](mailto:dep.davidmiranda@camara.leg.br); **Luiza Erundina De Sousa**, brasileira, Deputada Federal pelo PSOL/SP, portadora do RG nº 6.020.647-0 expedido pela SSP/SP e CPF nº 004.805.844-00, com endereço profissional na Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 620, Esplanada dos Ministérios, Brasília – DF, CEP 70160-900, contatável por meio do telefone 61 32155620 e pelo e-mail [dep.luizaerundina@camara.leg.br](mailto:dep.luizaerundina@camara.leg.br); **Sâmia De Souza Bomfim**, brasileira, Deputada Federal pelo PSOL/SP, titular da cédula de identidade RG nº 30577301-X, e do CPF nº 10827786, domiciliada em Brasília-DF, com endereço no gabinete 623 - Anexo IV – da Câmara dos Deputados e contatável pelo e-mail [dep.samiabomfim@camara.leg.br](mailto:dep.samiabomfim@camara.leg.br); comparecem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, para apresentar

### REPRESENTAÇÃO

em face do **Presidente do Inep, Sr. Danilo Dupas**, com base nas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

#### I. Dos Fatos

Nos últimos dias, a imprensa brasileira noticiou que trinta e sete “funcionários do instituto pediram demissão de seus cargos com o relato de que tiveram que retirar questões de



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Liderança da oposição

prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) por pressão da direção do órgão”<sup>1</sup>. Os servidores, inclusive, relataram censura às questões do exame, especialmente àquelas que tratam de contexto sociopolítico e socioeconômico<sup>2</sup>.

Observa-se que os servidores explicaram que “a prova do Enem só é preparada e analisada dentro de um ambiente seguro, protegido em diversas etapas por detectores de metais e portas que só são abertas com a biometria dos profissionais autorizados. Além disso, a sala está toda cercada de câmeras, sem nenhum ponto cego”. Em que pese a segurança e o sigilo da prova, “eles chegaram a ser surpreendidos neste ano com a presença inesperada de um policial federal, que chegou ao ambiente seguro e pediu para ver a prova”<sup>3</sup>.

Trata-se de prática que, por si só, viola os princípios que regem a atividade da Administração Pública por irem em contrariedade à moralidade e à impessoalidade, dispostos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal. Isso porque revelam interferências políticas na realização do ENEM, que não obedecem a critérios objetivos e nem coadunam com o interesse público.

No entanto, não bastasse a circunstância das interferências e a presença da polícia federal na sala secreta do ENEM, em resposta a pedidos de acesso à informação sobre o processo e documentos referentes à visita, a presidência do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) “tornou secreto o processo interno sobre o documento no qual há a permissão para a entrada de um policial federal na sala segura do órgão, os exames como o Enem são elaborados. Servidores ainda denunciam que um documento teria sido apagado”<sup>4</sup>.

Conforme notícia da Folha de São Paulo, “[o] agende da PF, segundo informou a corporação, teve acesso ao local no dia 2 de setembro. Dupas Ribeiro assinou um ofício em 20 de agosto em que prevê a avaliação do ambiente seguro do Inep e a emissão de um relatório com recomendações – a partir desse documento é que se autorizou, em outro ofício, o policial

---

<sup>1</sup> <https://oglobo.globo.com/brasil/apos-denuncia-de-interferencia-politica-no-enem-ministros-da-educacao-da-justica-tem-reuniao-esta-tarde-25278395>. Acessado em 16/11/2021.

<sup>2</sup> <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/11/14/exclusivo-servidores-do-inep-detalham-interferencia-no-conteudo-das-provas-do-enem.ghtml>. Acessado em 16/11/2021.

<sup>3</sup> <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/11/14/servidores-do-inep-detalham-censura-em-questoes-da-historia-recente-no-enem.htm>. Acessado em 17/11/2021.

<sup>4</sup> [https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/inep-impoe-sigilo-a-processo-que-trata-de-entrada-de-pf-em-sala-secreta-do-enem.shtml?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social-media&utm\\_content=geral&utm\\_campaign=noticias](https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/inep-impoe-sigilo-a-processo-que-trata-de-entrada-de-pf-em-sala-secreta-do-enem.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social-media&utm_content=geral&utm_campaign=noticias). Acessado em 18/11/2021.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Liderança da oposição

entrar na sala protegida”<sup>5</sup>. O processo, de número 23036.005279/2021-49, foi colocado em “acesso restrito no sistema eletrônico de informações do governo”<sup>6</sup>. Inclusive, o gestor não justificou o motivo da restrição a processos públicos e a associação de servidores já teria denunciado a exclusão de arquivos do sistema eletrônico por ordem da presidência do Inep<sup>7</sup>.

Sendo assim, é fundamental a fiscalização do Ministério Público Federal. Isso se justifica porque a imposição de sigilo a documentos de interesse público, sem qualquer justificativa, configura não só violação do princípio constitucional da publicidade, que rege a atividade da Administração Pública (art. 37, *caput*, da CRFB) e do acesso à informação garantido aos cidadãos e cidadãs (art. 5º, XXXIII, da CRFB), bem como configura hipótese de improbidade administrativa, na forma do art. 11, inciso IV, da Lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

## II. Do direito

As ações do Inep de impor sigilo de dados aos documentos e ao processo que trata da visita da polícia federal à sala secreta do Inep, a fim de fiscalizar o Enem, não condizem com os princípios constitucionais presentes no art. 37, *caput*, da CRFB, especialmente quanto à publicidade dos atos públicos, motivo pelo qual devem ser objeto de apuração. De acordo com a Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).

A transparência e a publicidade das informações públicas constituem essência do Estado Democrático de Direito, na medida em que contribuem para a formação da opinião da coletividade, além de mitigar eventuais excessos ou irregularidades na atuação dos governantes, em virtude do controle que passa a ser possível por parte não somente da população, mas dos

---

<sup>5</sup> [https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/inep-impoe-sigilo-a-processo-que-trata-de-entrada-de-pf-em-sala-secreta-do-enem.shtml?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social-media&utm\\_content=geral&utm\\_campaign=noticias](https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/inep-impoe-sigilo-a-processo-que-trata-de-entrada-de-pf-em-sala-secreta-do-enem.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social-media&utm_content=geral&utm_campaign=noticias). Acessado em 18/11/2021.

<sup>6</sup> [https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/inep-impoe-sigilo-a-processo-que-trata-de-entrada-de-pf-em-sala-secreta-do-enem.shtml?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social-media&utm\\_content=geral&utm\\_campaign=noticias](https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/inep-impoe-sigilo-a-processo-que-trata-de-entrada-de-pf-em-sala-secreta-do-enem.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social-media&utm_content=geral&utm_campaign=noticias). Acessado em 18/11/2021.

<sup>7</sup> [https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/inep-impoe-sigilo-a-processo-que-trata-de-entrada-de-pf-em-sala-secreta-do-enem.shtml?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social-media&utm\\_content=geral&utm\\_campaign=noticias](https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/inep-impoe-sigilo-a-processo-que-trata-de-entrada-de-pf-em-sala-secreta-do-enem.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social-media&utm_content=geral&utm_campaign=noticias). Acessado em 18/11/2021.



órgãos competentes para fiscalizar os atos públicos. Como destaca José dos Santos Carvalho Filho, a respeito da aplicação do princípio da publicidade, o referido princípio “[i]ndica que os atos da Administração devem merecer a mais ampla divulgação possível entre os administrados, e isso porque constitui fundamento do princípio propiciar-lhes a possibilidade de controlar a legitimidade da conduta dos agentes administrativos”<sup>8</sup>.

Daí o estabelecimento na Constituição Federal, como garantia fundamental, o acesso à informação, no art. 5º, XXXIII, bem como no art. 37, *caput*, o princípio da publicidade, que deve conduzir a atividade da Administração Pública. Nesse sentido, é fundamental que o Inep deixe de omitir informações relacionadas ao procedimento de fiscalização da prova do Enem, uma vez que a informação concernente é de interesse público e é fundamental que haja possibilidade, numa democracia, de que se possa exercer controle sobre a atividade estatal.

Ao não coadunar com o princípio da publicidade, a imposição de sigilo dos referidos dados também implica a violação da probidade administrativa, conforme os termos do art. 11, IV, da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8429/1992):

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:

IV - negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

O Presidente do Inep, portanto, ao impor sigilo e negar acesso à informação, sem qualquer justificativa, acerca de dados referentes ao procedimento de fiscalização do Exame Nacional de Ensino Médio, que vem sendo alvo de denúncias sobre interferências políticas, incorre na prática de ato que viola a ordem constitucional e legal, especificamente nos arts. 5º, XXXIII e 37, *caput*, da CRFB e incorrendo no art. 11, IV, da Lei de Improbidade Administrativa. Diante de tal cenário, revela-se imperiosa a atuação do Ministério Público Federal, a fim de resguardar o interesse público na correta aplicação dos princípios constitucionais e de averiguar a ocorrência de improbidade administrativa.

### **III. Do pedido**

---

<sup>8</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 31 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, Atlas, 2017, p. 26



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Liderança da oposição

Diante do exposto, requer-se seja conhecida e processada a presente REPRESENTAÇÃO, tendo em vista o preenchimento de seus pressupostos de admissibilidade. É imperiosa a atuação do Ministério Público Federal, a fim de ver julgada procedente a REPRESENTAÇÃO, ante as evidentes irregularidades praticadas pelo Sr. Presidente do Inep, que impõe sigilo a documentos de interesse público sem qualquer justificativa.

Confiam deferimento.

Brasília, 18 de novembro de 2021.

**Alessandro Lucciola Molon**  
Líder da Oposição

**Marcelo Ribeiro Freixo**  
Líder da Minoria

**Elvino José Bohn Gass**  
Líder do Partido dos Trabalhadores

**Danilo Jorge de Barros Cabral**  
Líder do Partido Socialista Brasileiro



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Liderança da oposição

**Wolney Queiroz Maciel**

Líder do Partido Democrático Trabalhista

**Talíria Petrone Soares**

Líder do Partido Socialismo e Liberdade

**Renildo Vasconcelos Calheiros**

Líder do Partido Comunista do Brasil

**Joenia Wapichana**

Líder da Rede Sustentabilidade

**Arlindo Chinaglia**

Líder da Minoria no Congresso Nacional

**Rosa Neide Sandes De Almeida**

Deputada pelo Partido dos Trabalhadores



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Liderança da oposição

**Ivan Valente**

Vice-Líder do Partido Socialismo e  
Liberdade

**Sâmia Bomfim**

Deputada Federal pelo Partido Socialismo e  
Liberdade

**Luiza Erundina de Souza**

Deputada Federal pelo Partido Socialismo e  
Liberdade

**Viviane da Costa Reis**

Vice-Líder do Partido Socialismo e  
Liberdade

**Fernanda Melchionna e Silva**

Vice-Líder do Partido Socialismo e  
Liberdade

**David Michael dos Santos Miranda**

Deputado Federal pelo Partido Socialismo e  
Liberdade